

# Documentación de las Ciencias de la Información

ISSN: 0210-4210

 EDICIONES  
COMPLUTENSE<https://dx.doi.org/10.5209/dcin.67250>

## Desafios na preservação do patrimônio radiofônico no Brasil

Marcelo Kischinhevsky<sup>1</sup>; Lena Benzecry<sup>2</sup>

Recibido: 14 de enero de 2020 / Aceptado: 15 de abril de 2020

**Resumo.** Este artigo se dedica à discussão sobre patrimônio radiofônico no Brasil, expondo a inexistência de políticas públicas de preservação e acesso a arquivos sonoros de emissoras de rádio. Metodologicamente, o artigo parte de revisão bibliográfica e da realização de entrevista semiestruturada com gestores do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ), referência na conservação de acervos audiovisuais no país. De um lado, o artigo aborda as perdas culturais decorrentes da ausência de uma política de preservação radiofônica, ou mesmo sonora. De outro, apresenta uma instituição que consegue vencer as dificuldades burocráticas e financeiras e assegurar iniciativas de registro e difusão de acervo sonoro cruciais para uma historiografia da cultura sonora do país. No percurso, são elencadas possíveis ações no sentido de assegurar a preservação do acervo radiofônico, tais como a criação de condições para o registro do fluxo de programação das emissoras, a busca de parâmetros consensuais para digitalização, tratamento, conservação e armazenamento de áudio e o investimento na produção de podcasts que explorem o patrimônio gerado diuturnamente pelas emissoras de rádio.

**Palavras-chave:** Comunicação; Rádio; Acervo Sonoro; Patrimônio Radiofônico; Memória.

### [en] Challenges in preserving radio heritage in Brazil

**Abstract.** This article is dedicated to the discussion about radio heritage in Brazil, exposing the inexistence of public policies of preservation and access to sound files of radio stations. Based on a literature review on the topic and interviews with managers of the Museum of Image and Sound (MIS), a reference in the conservation of audiovisual collections in the country, initiatives are proposed to ensure the registration and dissemination of rich material for the understanding of cultural history of the country that may range from the programming flow of the broadcasters to the production of podcasts based on the sound documentation generated daily by radio broadcasters, which calls into question the absence of consensus parameters for the digitization, treatment, conservation and storage of audio.

**Keywords:** Communication; Radio; Sound Collection; Radio Heritage; Memory.

**Sumario:** 1. Introdução. 2. Relevância da memória sonora. 3. Privatização da memória sonora. 4. O MIS-RJ e sua contribuição para a memória radiofônica. 5. Considerações finais. 6. Referências

**Cómo citar:** Kischinhevsky, M. y Benzecry, L. (2020): Desafios na preservação do patrimônio radiofônico no Brasil, en *Documentación de Ciencias de la Información* 43, 49-55.

### 1. Introdução

O incêndio que destruiu o Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2 de setembro de 2018, representou uma tragédia de larga escala, transformando em cinzas milhares de acervos insubstituíveis, sob responsabilidade da bicentenária instituição brasileira. Entre eles, mais de 7 mil itens que compunham o Acervo de Línguas Indígenas, sob guarda do Centro de Documentação de Línguas Indígenas (Celin), vinculado ao Departamento de Linguística da UFRJ. O acervo incluía o Arquivo Curt Nimuendajú, reunido na primeira metade do século XX por um dos mais importantes pesquisadores da história brasileira, abrangendo discursos, mitos e can-

tos rituais (SOARES, 2013), únicos registros sonoros de línguas de povos originários já extintos.

Parte do material, incluindo gravações do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, um dos pioneiros do rádio, da etnologia e da divulgação científica no Brasil, foi salva graças a um projeto de digitalização patrocinado pela Petrobras, companhia petrolífera nacional, e a iniciativas isoladas de pesquisadores<sup>3</sup>. Professores do Departamento de Linguística da UFRJ iniciaram campanha de contribuições, para que pesquisadores que tenham

<sup>3</sup> Cf. WATANABE, Phillippe. "Descentralizada, digitalização salva parte de acervo indígena do Museu Nacional". *Folha de S.Paulo*, 6/9/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/descentralizada-digitalizacao-salva-parte-de-acervo-indigena-do-museu-nacional.shtml>. E também MÓTTA, Débora. "Digitalização preserva parte das memórias de um dos pais da Etnologia brasileira". *Faperj Notícias*, 6/9/2018. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=3625.2.8>. Acesso: 31/12/2019.

<sup>1</sup> marcelok@forum.ufrj.br

<sup>2</sup> lena.benzecry@gmail.com

cópias de seus acervos compartilhem estes arquivos digitais com a equipe do Celin<sup>4</sup>, mas, um ano depois, ainda não se sabe ao certo o que foi irremediavelmente perdido nas chamadas.

Este é apenas um exemplo dramático da inexistência de uma política nacional de acervos sonoros no Brasil, ou ao menos de um protocolo de digitalização, tratamento, armazenamento e conservação, num país de mais de 200 milhões de habitantes que historicamente tem lidado de modo pouco cuidadoso com sua memória audiovisual. Tal ausência ganha tristes contornos quando voltamos nossa atenção especificamente para o rádio e percebemos que o meio de comunicação mais popular no país ao longo de metade do século XX – e, segundo levantamento recente do Atlas de Notícias<sup>5</sup>, ainda hoje o meio de maior capilaridade no país – não conta com qualquer política pública de preservação.

A única exigência legal para conservação de acervos sonoros radiofônicos se restringe à Lei 4.117 de 1962, que em seu artigo 71, parágrafos 2º e 3º, estabelece:

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.

§ 3º As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais.<sup>6</sup>

As emissoras brasileiras, no entanto, transformaram o mínimo de dias para manutenção das gravações em máximo: passado esse prazo, salvo raras exceções, toda a programação registrada em suportes digitais é descartada. Na época da legislação, além da ausência de uma perspectiva histórica, pesava o fator econômico: as emissoras tinham poucos recursos, e as fitas magnéticas com programas registrados acabavam sendo constantemente reutilizadas.

Algumas gravações do período foram conservadas por iniciativas isoladas de profissionais, que buscaram preservar registros de momentos entendidos como históricos – locuções de gols de partidas decisivas de futebol, trechos de programas ou entrevistas com personalidades importantes. Mas no geral, este é um patrimônio negligenciado e disperso. «*O patrimônio radiofônico encontra-se fragmentado, permanecendo em casas de radialistas ou familiares, que muitas vezes sonham com a adequada preservação e disponibilização do acesso*

*deste material, porém, não contam com conhecimento, recursos e/ou locais adequados para destinação*» (Fernández Sande; Micheletti, 2016: 189).

Durante a ditadura militar (1964-1985), profissionais de emissoras públicas brasileiras, temendo a censura e os expurgos com motivações políticas, tomaram a iniciativa de manter registros de conteúdos tidos como relevantes (Menezes, 2009) e estes acabaram se tornando parte significativa dos poucos acervos radiofônicos ainda existentes no país. Isso ocorreu com a Rádio Nacional AM, criada em 1936 pelo conglomerado A Noite e estatizada em 1940, tornando-se a mais importante emissora do país na chamada fase do «*Rádio Espetáculo*» (Ferraretto, 2012), até meados de 1950, bem como na Rádio MEC AM, pioneira emissora fundada como Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, por intelectuais como Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize, e doada, em 1936, ao Ministério da Educação – posteriormente, Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a precária preservação de acervos radiofônicos no Brasil e advoga a importância da construção de uma política nacional para conservação desse segmento da memória nacional, incluindo a programação das emissoras, entendida como documento histórico e registro único do espírito do tempo (Morin, 1969). No percurso, serão discutidas iniciativas isoladas e os desafios colocados pela ausência de padrões de gerenciamento de acervos sonoros, com destaque para o papel do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ), a partir de entrevista semiestruturada (Gaskell, 2002; Duarte, 2006) com quatro de seus gestores: a presidente da instituição, Clara Paulino; a gerente de Acervo, Maria Helena Cardoso de Oliveira; a diretora técnico operacional, Vivian Fava; e o museólogo responsável pelo setor sonoro do museu, Pedro Dias<sup>7</sup>.

## 2. Relevância da memória sonora

A preservação da memória do rádio é chave em um país que tem forte tradição de comunicação sonora. A radiofonia foi responsável direta pela inclusão de milhões de brasileiros no mercado consumidor num período de transição de uma economia essencialmente agrária para uma nação de grandes centros urbanos – nos anos 1940, cerca de 80% da população brasileira vivia no campo e apenas 20% nas cidades; na década de 1980, este percentual havia se invertido (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2003).

Em 2017, aparelhos de rádio estavam presentes em 69,2% dos lares brasileiros, de acordo com dados do IBGE<sup>8</sup>. O percentual já chegou a superar 90% na década de 1990, mas diminuiu ano a ano, devido ao avanço de novas formas de escuta, sobretudo o telefone móvel.

<sup>4</sup> Cf., entre outros, <https://linguisticaufrjcarlotablog.wordpress.com/2019/08/12/recomecando-o-centro-de-documentacao-de-linguas-indigenas-celin/>.

<sup>5</sup> Segundo Atlas da Notícias, rádio é o meio de comunicação mais presente no Brasil. In: Portal Comunique-se. Disponível em: [https://portal.comunique-se.com.br/radio-meio-de-comunicacao-mais-presente/?fbclid=IwAR1vFmV\\_dkTBk7EMiF9pdqRnoP-fR-zOQF18V74Oswrg2bjX2QsH-zjNT16I](https://portal.comunique-se.com.br/radio-meio-de-comunicacao-mais-presente/?fbclid=IwAR1vFmV_dkTBk7EMiF9pdqRnoP-fR-zOQF18V74Oswrg2bjX2QsH-zjNT16I). Acesso: 13/01/2020.

<sup>6</sup> LEI Nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm). Acesso: 31/12/2019.

<sup>7</sup> A entrevista foi realizada em 09/01/2020, na sede do MIS-RJ, pela segunda autora deste artigo.

<sup>8</sup> Cf. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – 2015. A partir daquele ano, os dados deixaram de ser levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para uma série histórica da presença de TV, rádio, computadores e telefones móveis nos lares brasileiros, cf. <http://www.teleco.com.br/nrtv.asp>.

Considerando-se os dados do Serviço Móvel Pessoal (SMP), em maio de 2019 havia 228,6 milhões de conexões ativas de telefonia móvel no país, o equivalente a 108,6 para cada 100 habitantes<sup>9</sup>. Segundo estimativa da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), três em cada quatro aparelhos à venda no Brasil possibilitam a sintonia de emissoras de rádio em Frequência Modulada, formando um recente e extraordinário parque receptor.

O rádio permanece um espaço privilegiado para mediações sociais e culturais, fornecendo subsídios para projetos simbólicos de construção do *self* (Thompson, 1998). De acordo com o Book de Rádio 2018, da Kantar Ibope, o meio é ouvido por 86% da população das 13 principais regiões metropolitanas, e três em cada cinco brasileiros escutam rádio todos os dias – a média nacional é de 4h40min diárias<sup>10</sup>.

Segundo dados do Painel Geral de Radiodifusão, do Ministério das Comunicações, há mais de 10 mil emissoras em operação no país – segundo maior parque transmissor do planeta, atrás apenas dos EUA –, sendo mais da metade de caráter comunitário<sup>11</sup>.

Ainda assim, a programação das emissoras de rádio nunca foi reconhecida nas políticas públicas como um patrimônio cultural. Se tomarmos o acervo sonoro das principais instituições de memória do país, vemos que a ênfase recai sobre a indústria fonográfica, e não radiofônica. O Acervo de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional, com mais de 250 mil itens, é totalmente voltado para a produção musical brasileira, reunindo livros, partituras, fotografias, programas de concerto, manuscritos e libretos de ópera, além de LPs, CDs e DVDs. Sua base são peças trazidas pela Corte de dom João VI no início do século XIX, por ocasião da fuga das tropas de Napoleão que transformou o Brasil em capital do império português durante 14 anos<sup>12</sup>.

Já o Arquivo Nacional mantém acervo composto por 10.499 discos, sendo aproximadamente 80% de goma-laca e o restante de acetato, nitrato e vinil. Esse acervo fica sob a responsabilidade da Equipe de Documentos Sonoros, criada em 1958. Ao todo, a instituição possui 15 mil documentos sonoros, sendo 80% em discos e 20% em material magnético. Quase metade dos discos (precisamente 4.952) são registros de músicas e jingles veiculados por uma única emissora, a Rádio Mayrink Veiga AM, fechada pela ditadura militar, em 1964. As coleções restantes compreendem 2.779 discos de artistas da fase do rádio espetáculo, doados pelo pesquisador musical Humberto Franceschi; 687 da Rádio MEC; 508 da Agência Nacional; 68 da Casa Edison, primeira gravadora brasileira; e 13 da Rádio Jornal do Brasil; entre outros. A reunião desse acervo é resultado direto de iniciativas individuais. Na década de 1970, o então

diretor-geral Raul do Rego Lima solicitou às gravadoras que fossem enviadas cópias de partituras e discos ao Arquivo Nacional. Assim foi formada a Discoteca Arquivo Nacional, com 2.050 partituras musicais e 1.595 discos. Esse trabalho, contudo, não teve continuidade<sup>13</sup>.

Em 1992, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) criou o Programa Memória do Mundo, com o objetivo de preservar e difundir documentos, arquivos e bibliotecas de grande valor. Conteúdos audiovisuais passaram, enfim, a ser entendidos como patrimônio imaterial da humanidade, bens intangíveis que deveriam ser preservados através de políticas públicas. Em conferência realizada em 2003, a Unesco aprovou, ainda, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que entrou em vigor em 2006 e que contempla patrimônios sonoros.

Como delimitar o acervo do rádio? Estamos falando apenas de arquivos de áudio? Manuel Fernández Sande e Bruno Domingues Micheletti (2016) assinalam que o patrimônio radiofônico imaterial é muito mais abrangente, incluindo não apenas os áudios de programas, mas também as biografias de radialistas, os ritos de escuta (individual, coletiva), produção (apresentação de músicos ao vivo, campanhas de financiamento coletivo), suporte (aparelhos receptores analógicos, telefones móveis, computadores), interação (entre ouvintes e emissoras), geográficos (localização de emissoras), modus operandi (possibilidade de se gravar, editar e enviar entrevistas para a rádio ou entrar na programação ao vivo de qualquer local, por exemplo) e imagens.

Fernández Sande e Micheletti classificam, portanto, o patrimônio radiofônico, distribuindo-o como:

- a. De Escrita: que pode ser subclassificada em Bibliográficas (livros e publicações em geral), Hemerográficas (jornais, revistas, periódicos científicos, etc.), Arquivísticas (roteiros, cartas, contratos, etc.), Legais (legislação) e Partituras e outros documentos musicais;
- b. Sonoro: Programas, músicas, jingles, discursos, entrevistas, fontes orais, objetos para produção de efeitos sonoros, etc.;
- c. Visual: Fotos, obras de arte, imagens, publicidade, vídeos, filmes, figurinos, roupas de época, etc.;
- d. Tecnológico: Aparelhos, antenas, suportes, microfones, gravadores, etc.;
- e. Arquitetônico: Edifícios das emissoras, estúdios, antenas, etc.;
- f. Prêmios: Troféus, certificados, títulos, condecorações, etc.
- g. Redes Sociais e conteúdo web: Sites, fan pages, posts, perfis, mensagens dos ouvintes, etc.
- h. Indireto Contextual: Livros, filmes, móveis, etc. (Fernández Sande; Micheletti, 2016, págs. 198-199)

Note-se que o patrimônio sonoro é apenas uma fração do total, embora, pelas características de armaze-

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.teleco.com.br/ncel.asp>. Última consulta: 27/6/2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/download-inside-radio/>. Última consulta: 3/1/2020.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe\\_tema/Paineis-de-Radiodifusao.html](https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/Paineis-de-Radiodifusao.html). Acesso: 31/12/2019.

<sup>12</sup> Cf. <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/musica-arquivo-sonoro>. Acesso: 13/1/2020.

<sup>13</sup> Cf. Documentos sonoros compõem o acervo do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/ultimas-noticias/916-documentos-sonoros-compoem-o-acervo-do-arquivo-nacional>. Acesso: 13/1/2020.

namento, seja uma das categorias mais ameaçadas pela passagem do tempo e pelo descaso dos gestores.

### 3. Privatização da memória sonora

Um resultado emblemático da ausência de política pública de conservação do patrimônio radiofônico no Brasil foi o papel desempenhado pela Collector's, empresa criada a partir do vasto acervo reunido por José Maria Manzo, ex-locutor do pioneiro radiojornal Repórter Esso, veiculado na Rádio Nacional a partir de 1941, e da síntese noticiosa *O Globo No Ar*, veiculada na antiga Rádio Globo AM, entre 1944 e 2017. Durante mais de 30 anos, a Collector's, administrada por Ricardo Manzo, filho de José Maria, se manteve graças à venda de cópias de áudios históricos, para colecionadores e pesquisadores.

A digitalização do processo produtivo do rádio brasileiro, a partir dos anos 1990, propiciou a conservação de acervos que antes eram integralmente descartados ou armazenados de forma inadequada. Nos anos 2000, cresceu a conscientização em relação à importância dos registros sonoros e de sua organização, e estas iniciativas ganharam fomento através de editais (Donini, 2015).

Paralelamente, novos sites voltados para áudios históricos surgiram, com acesso livre, colocando em xeque o modelo de negócios da Collector's. Em 2015, em carta a seus clientes, a empresa apelou para o saudosismo e ofereceu descontos substanciais para aquisição de cópias de suas coleções.

Prezado amigo e amante do trabalho realizado pelo Collector's Studios e pela Rádio Collector's MPB. [...] Como todos sabem estamos há 32 anos trabalhando no resgate e manutenção de velhos e raros áudios brasileiros, sejam eles discos de 78 rpm ou discos de acetato radiofônicos. Este trabalho não tem sido fácil. Por muitos anos os clientes saudosistas têm nos ajudado nesta batalha de preservação de memória adquirindo transcrições e assim podendo lembrar os bons tempos.

[...] Nesta condição estamos fazendo uma nova tentativa de sanar as finanças com aquela, já conhecida, super promoção nos programas radiofônicos pois estes [...] já estão todos restaurados, digitalizados no formato MP3 e aptos a uma pronta entrega.

Pode-se criticar esse tipo de comércio, especializado na memória radiofônica, que tem sua materialidade no espectro de radiofrequência, um bem público, mas o argumento da Collector's é que, sem o seu trabalho, estes acervos teriam sido perdidos.

De fato, em muitas emissoras comerciais, o acervo de discos de vinil, acetatos, fitas de rolo e cartuchos foi simplesmente jogado no lixo. Integrante do maior conglomerado de mídia do Brasil, o Grupo Globo, nos anos 2000, o Sistema Globo de Rádio (SGR) vendeu a peso, para reciclagem, mais de 40 mil LPs e compactos, segundo relato de um ex-funcionário. O descarte incluiu grande parte da memória das emissoras Globo AM, Globo FM, Mundial AM, Eldorado AM e Eldo Pop FM. Poucos registros foram preservados em CD.

Muitos gestores de emissoras compraram o discurso da obsolescência programada e passaram a ver como lixo suportes que começavam a sair de circulação. De fato, se considerarmos a evolução dos dispositivos de gravação e reprodução sonora, desde 1877, quando Thomas Edison desenvolveu o fonógrafo, temos uma sucessão de substituições de suportes físicos, passando pelos discos de goma-laca e acetato de 78 rotações por minuto, pelos Long Play (LPs) e compactos em vinil, pelas fitas magnéticas de rolo, cartucheiras, fitas cassete (K-7), DATs, MiniDiscs (MDs), CDs, DVDs, até chegar ao armazenamento digital, gerido através de softwares de edição de áudio.

A possibilidade de digitalização trouxe, de todo modo, um efeito colateral positivo: despertou a atenção de algumas emissoras para a importância da gestão de seus arquivos sonoros, que poderiam ser revertidos em produção de novos conteúdos que empregassem áudios históricos. Donini (2015 e 2017) assinala que emissoras públicas, como as já citadas Nacional e MEC – podemos mencionar também as Rádios USP FM, Cultura de São Paulo e Universidade AM (da Federal de Santa Maria, a UFSM) – e privadas, como Bandeirantes, desenvolveram projetos de preservação de seus acervos remanescentes. A Bandeirantes criou, em 2000, o Centro de Documentação e Memória (Cedom), resgatando acervos encaixotados desde 1937 (Braga Junior, 2015). Mesmo o Sistema Globo de Rádio, que anos antes havia descartado grande parte de seus suportes físicos, passou a investir em sua memória, criando, em 2005, o Centro de Documentação e Pesquisa (Cedope).

Ao focar a gestão de acervos na Rádio Nacional AM, Aline Brettas, Bruno Leite e Alessandro Santos (2015) explicitam a falta de entendimento sobre a importância destes materiais. Em entrevistas com dois profissionais do setor na emissora pública, os pesquisadores apontam que, para sua administração, o Arquivo era um local para onde convergiam principalmente documentos administrativos. Além de memorandos internos, a sala – que mudou de local várias vezes ao longo dos anos – abrigava até os anos 1970 discos de acetato, fitas de rolo e scripts das 861 radionovelas e dos 31.180 programas e peças produzidos entre 1940 e 1955, sem qualquer organização ou cuidado.

Em 1972, a direção da Rádio Nacional AM efetuou a doação de parte substancial do acervo para o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ). A criação do museu no Rio em 1965, e posteriormente em mais 16 cidades brasileiras, foi e ainda é a salvação de milhares de documentos sonoros. Em 2015, restavam armazenados no Departamento de Pesquisa da Rádio Nacional 4.514 discos de acetato, 4.230 fitas de rolo, 3.508 CDs, 1.781 fotografias e 303 scripts de programas, além de 4 mil dossiês funcionais. A partir dos anos 2000, este material começou a ser digitalizado, passando a ser armazenado em computadores. O acervo físico não foi descartado, mas está inacessível, num prédio desativado que abrigava a rádio. Os planos de construção de um Centro de Memória da Empresa Brasil de Comunicação (EBC, holding de comunicação pública à qual a Nacional está vinculada desde 2008) foram congelados

por falta de recursos, prejudicando diretamente as atividades da Gerência Executiva de Acervo (Gexac), criada em 2014.

Mas o esforço de preservação do patrimônio radiofônico está longe de ser uma unanimidade. Estudo coordenado por Nelia Del Bianco junto a 51 emissoras públicas mostrou que, em 2012, apenas um quinto das rádios consultadas mantinha registros de programas produzidos entre as décadas de 1930 a 1970 e um quarto conservava fonogramas da década de 1930. Ainda segundo o levantamento, mais de 70% das emissoras têm de 100 horas até mais de 10 mil horas de áudios arquivados, a maior parte registrada em anos recentes (Bianco, 2013).

Entre estas emissoras, poucas se destacam por trabalhos de preservação da memória que reúnem arquivistas ou bibliotecários. Caso da Rádio da Universidade AM, vinculada à UFSM, que conta com acervo sonoro constituído por 6.855 discos de vinil (incluindo 1.270 compactos), 1,1 mil CDs, 701 fitas de rolo e 300 fitas-cassete. Desde 2012, a emissora desenvolve o Projeto Preservação e Difusão de Memória Sonora no Acervo da Rádio Universidade da UFSM, que conta com uma arquivista para viabilizar pesquisas, preservar os suportes originais, higienizando-os e acondicionando-os adequadamente, e digitalizar fitas magnéticas, promovendo a difusão do acervo sonoro e da memória institucional (Santos; Moreira, 2016).

#### 4. O MIS-RJ e sua contribuição para a memória radiofônica

Criado pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, com o objetivo de garantir o protagonismo cultural do Rio de Janeiro após a migração da capital federal para Brasília, o MIS-RJ surge, segundo sua atual presidente, Clara Paulino, rompendo com os padrões de instituições tradicionais como o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e o Museu Histórico Nacional, porque colocava em destaque a cultura popular e, mais que isso, reunia um tipo de acervo «inesperado»: a imagem e o som. Como primeiro passo, foram adquiridas as coleções do radialista, compositor, cantor e pesquisador Almirante e do jornalista, crítico e pesquisador musical Lúcio Rangel. Atualmente, apenas o MIS-RJ possui vinte e cinco coleções que contêm acervos sonoros (fora coleções destinadas a outros suportes). Observando o computador geral, a gerente de acervo da instituição, Maria Helena Cardoso, afirma que 87% dos itens já estão digitalizados, e considerando apenas o acervo já tratado a instituição detém 46.686 discos (entre vinil, acetato e goma-laca) e 6.012 fitas (entre K-7 e rolo), totalizando 52.698 itens. Os números, entretanto, não distinguem o conteúdo essencialmente radiofônico dos demais arquivos sonoros. Ainda assim, é possível afirmar que o MIS é a principal referência em acervo radiofônico, facilmente acessível para o público.

De acordo com Paulino e Cardoso, o trabalho de digitalização do acervo é imprescindível e contínuo, a ponto de atualmente existir uma rubrica no plano de diretrizes

orçamentárias com este fim. Maria Helena Cardoso ressalta ainda que o avanço tecnológico e o alto custo para se manter atualizado são os grandes gargalos que enfrentam. Responsável pelo acervo sonoro da instituição, o museólogo Pedro Dias aponta outras peculiaridades ao lidar com arquivos de áudio: «*Existem características diferentes de um livro, que tem a Biblioteca Nacional como repositório legal da produção literária do país. Não existe uma instituição com a mesma característica para o som*».

Já a diretora técnica da instituição, Vivian Favo, conta que, desde 2000, o MIS-RJ recebe e produz acervo digital e, quanto mais o tempo passa, mais é preciso se perguntar como guardar tudo isso. Sua preocupação central é que, ao mesmo tempo, em que a digitalização facilita a divulgação do acervo, levando seu conteúdo para a sociedade e obtendo uma resposta muito rápida, é fundamental que se preserve de uma maneira adequada. Gerenciar um acervo desse porte requer estipular a temporalidade de cada suporte; conhecer os métodos de migração e ter condições de avaliar quando a migração é realmente necessária ou quando uma emulação é suficiente. Outras questões apontadas como relevantes pela profissional são: a aquisição e manutenção de equipamentos de leitura dos suportes, a avaliação de qual tipo de armazenamento é mais apropriado e a definição sobre se, e como, o acervo será compartilhado.

No caso específico do rádio, os entrevistados foram unânimes em afirmar a relevância desse conteúdo. Quando questionados sobre a possibilidade de gravar e preservar ao menos parte do fluxo contínuo das programações radiofônicas, os gestores argumentaram não terem condições técnicas para assumir tal responsabilidade, mas endossaram a importância desse tipo de acervo para a compreensão da história cultural do país. Por outro lado, destacaram iniciativas que vêm tomando com o objetivo de incrementar o conteúdo radiofônico no acervo sonoro da instituição. A presidente, Clara Paulino, conta que costuma abordar diretores de emissoras públicas e privadas quanto ao resgate de programas antigos. Outra ideia que vem sendo trabalhada é a de estabelecer parceria com uma web rádio para veiculação do rico conteúdo contido no museu.

Dentro dessa perspectiva, em 2019, o MIS-RJ desenvolveu uma parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) para realização de um programa no formato áudio documentário, sobre a história do rádio. Produzido por estudantes de Jornalismo com base nos arquivos radiofônicos que compõem as coleções do museu, o resultado deste trabalho é o podcast MIS Conta, disponível atualmente na plataforma de streaming Deezer<sup>14</sup>.

Enquanto novos projetos a parcerias são pensados, o MIS zela pelo seu acervo, mantendo *backup* de todo o material sonoro da instituição, justamente para que essa memória não desapareça num evento trágico como o narrado no início do artigo.

<sup>14</sup> Além do podcast MIS Conta, o perfil do Museu também apresenta diversas *playlists* temáticas que divulgam o acervo musical da instituição. Disponível em: <https://www.deezer.com/br/profile/2867304904>. Acesso: 13/1/2020.

## 5. Considerações finais

A ausência de registros sonoros traz prejuízo à pesquisa científica no campo da radiodifusão sonora, que ganhou fôlego nas últimas três décadas no Brasil, mas ainda depende fortemente de entrevistas com os atores envolvidos, geralmente com o recurso a procedimentos metodológicos da história oral, bem como consultas a coleções de jornais e revistas e a documentos internos de emissoras.

Acervos sonoros são fundamentais para se construir uma efetiva historiografia do rádio, que não caia na armadilha do discurso autoindulgente dos entrevistados e ponha em perspectiva o resultado de processos produtivos complexos.

Exceto por iniciativas isoladas como a do MIS, do Arquivo Nacional e editais da área de cultura lançados nos anos 2000, não há qualquer política pública de preservação do que é veiculado, nem tratamento adequado para o que restou de acervo da maioria absoluta das emissoras de rádio brasileiras.

A despeito do sério trabalho realizado pelo MIS, praticamente não há conservação de suportes físicos (discos de vinil, fitas magnéticas, cartuchos etc.) por outras instituições; o que dizer do áudio digital, muitas vezes armazenado de forma fragmentária, sem a inclusão de metadados básicos (Rodríguez-Reséndiz, 2016)?

Advoga-se, aqui, a necessidade de construir uma política pública que induza ao armazenamento de acervos radiofônicos em fluxo contínuo, com a íntegra da programação das emissoras, e não apenas fragmentos.

Não há, contudo, parâmetros universais para digitalização de conteúdos, e os esforços nesse sentido foram conduzidos, muitas vezes, sem o devido cuidado técnico. Adriana Donini (2017) destaca as publicações elaboradas pela Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais (IASA) e pelo Centro Internacional para Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural e os registros das edições do Seminário Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais como opções de diretrizes em relação a procedimentos a serem adotados.

Perla Olivia Rodríguez-Reséndiz, Joséphine Simonnot e Dafne Citalli Abad-Martínez (2018), por sua vez,

destacam a importância dos softwares de código aberto para gestão de arquivos sonoros, como o Telemeta, iniciativa franco-mexicana. As pesquisadoras defendem, contudo, o registro em formatos sem compressão, como WAV, o que coloca um tremendo desafio para o armazenamento de grandes volumes de áudio – é o caso de milhares de emissoras transmitindo 24 horas por dia, sete dias por semana.

Iniciativas como o Digital Mass Storage System (DMSS), uma espécie de repositório digital introduzido pelas rádios alemãs em meados dos anos 1990, que utiliza discos rígidos (HDs) «espelhados» e combina periódica transcrição em arquivos físicos para evitar perda de informações (Buarque, 2008), restringem-se a países industrializados, acirrando o desnível na proteção de patrimônios imateriais em relação às nações periféricas.

Num cenário midiático em que emissoras veiculam programação em MP3 com taxa de compressão de 128Kbps, muitas vezes com vinhetas em mono e não em estéreo, mesmo em Frequência Modulada, a orientação de registro em WAV parece-nos um preciosismo que coloca a fidelidade sonora acima do acesso na lista de prioridades. Além disso, é necessário considerar a interoperabilidade dos softwares de gestão. É preciso assegurar que, daqui a décadas ou mesmo séculos, tenhamos condições técnicas para acessar e reproduzir conteúdos em formatos tão diversos como WAV, MP3, OGG, Flac, AAC, WMA, Aiff e outros.

Concordando com Donini (2017), entendemos que esta tarefa deve mobilizar equipes multidisciplinares, envolvendo pesquisadores e profissionais de Comunicação Social, Ciências da Informação, Biblioteconomia, Museologia, Engenharia de Som e Ciências da Computação.

Sem a preservação dos fluxos de programação das emissoras, teremos sempre uma historiografia muda da comunicação sonora. Ou dependeremos de colecionadores e de mercadores dos esparsos áudios preservados, para nos apoiar na construção da história do meio. Uma história que, dada a popularidade do rádio no Brasil, ajuda a entender quem somos e como construímos as narrativas que conformam nossa experiência de mundo.

## 6. Referências

- Bianco, Nelia Del (2013). «Acervo de áudio das rádios públicas do Brasil». Relatório de Pesquisa. Brasília: Arpub/Labcom/Observatório da Radiodifusão Pública da América Latina.
- Braga Junior, Claudio Junqueira (2015). O pioneirismo do programa de rádio «O Pulo do Gato», na Bandeirantes. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista (Unip).
- Brettas, Aline; Leite, Bruno; Santos, Alexsandro (2015). «O acervo da Rádio Nacional: percursos e perspectivas de custódia». *Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia*. Porto Alegre: UFRGS.
- Buarque, Marco Dreer (2008). «Documentos sonoros: Características e estratégias de preservação». *PontodeAcesso*. Salvador, UFBA, v. 2, n. 2, págs. 37-50, ago./set.
- Donini, Adriana (2017). «A importância da preservação dos acervos sonoros para a história do rádio». *Anais do 11º Encontro Nacional de História da Mídia*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Donini, Adriana (2015). «Digitalização como impulsionadora da preservação e divulgação da memória radiofônica». *Revista Rádio-Leituras*, Mariana-MG, v. 6, n. 1, págs. 63-83.
- Duarte, Jorge (2006). Entrevista em profundidade. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2 ed. São Paulo: Atlas.

- Fernández Sande, Manuel; Micheletti, Bruno Domingues (2016). Preservação audiovisual: proposição de uma tipologia para categorização do patrimônio radiofônico. In: Zuculoto, Valci; Lopez, Debora Cristina; Kischinhevsky, Marcelo. *Estudos Radiofônicos no Brasil – 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom*. Coleção GPs (Grupos de Pesquisa), v. 22. São Paulo: Intercom.
- Ferraretto, Luiz Artur (2012). «Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil». *Revista EPTIC On-Line*. Aracaju/São Cristóvão: UFS, v. XXIV.
- Gaskell, George (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, Martin. W.; Gaskell, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- IBGE (2003). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Menezes, Cristiano Ottoni de (2009). «Rádio Nacional: uma história de glória e traumas». *Recine: Revista do Festival Internacional de Cinema e Arquivo*, v. 1, n. 6, págs. 58-69.
- Morin, Edgar (1969). *Cultura de massas no século XX – O espírito do tempo*. 2ª edição. Rio/SP: Forense.
- Rodríguez-Reséndiz, Perla Olivia (2016). «La preservación digital sonora». *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*. Cidade do México: n. 68, págs. 173-195. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/54601/48544>.
- Rodríguez-Reséndiz, Perla Olivia; Simonnot, Joséphine; Abad-Martínez, Dafne Citalli (2018). «Gestor de contenidos de código abierto para archivos digitales sonoros que preservan materiales de investigación». *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*, 32 (77), págs. 101-115. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.77.58005>.
- Santos, Cristina Strohschoen dos; Moreira, Katia Suelem (2016). «A preservação e a difusão do acervo sonoro da rádio da UFSM». Anais do 7º Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), Fortaleza. *Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn*, João Pessoa, v. 4, n. especial, págs. 841-856, out. Disponível em: [http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4\\_nesp](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp).
- Soares, Marília Facó, org. (2013). *Guia de fontes e bibliografia sobre línguas indígenas e produção associada / Documentos do CELIN*. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ. Disponível em: [http://www.museunacional.ufrj.br/dir/celin/docs/Soares\\_org\\_2013\\_Guia\\_CELIN.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/dir/celin/docs/Soares_org_2013_Guia_CELIN.pdf). Acesso em 31/12/2019.
- Thompson, John B. (1998). *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Ed. Vozes.